



**PROJETO DE LEI Nº DE 2021**  
**(Do Sr. DELEGADO MARCELO FREITAS)**

Acrescenta dispositivos à Lei 6.259 de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A Lei 6.259, de 30 de outubro de 1975, passa a vigorar acrescida do artigo 3ºA, e seu parágrafo único, com a seguinte redação:

Art. 3ºA. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, em caráter supletivo, em situações de pandemia ou grave ameaça à saúde pública, estabelecer Programas Regionais de Tratamento e Imunização, adquirindo, através de importação ou aquisição local, e distribuindo vacinas, medicamentos e insumos da área de saúde, desde que devidamente registrados na ANVISA.

Parágrafo único. Em se tratando de vacinação, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, comunicarão, no prazo de 48 horas, ao Ministério da Saúde, para controle, informação contendo, no mínimo, nome completo, CPF, idade, sexo e endereço de cada pessoa vacinada.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



## **JUSTIFICAÇÃO**

Já ultrapassamos 12 meses de enfrentamento à maior pandemia já suportada pela raça humana, a COVID-19. O Brasil vem mantendo média de óbitos maior que mil mortes diárias há mais de 30 dias. Acostumamo-nos com esses números, sem que ainda consigamos efetivamente reduzi-los, o que é péssimo até esse momento.

A aeronave da Boeing, de número 787, tem capacidade para transportar 336 (trezentos e trinta e seis passageiros).

Para que se tenha a real amplitude da gravidade que enfrentamos no Brasil em relação à pandemia do Coronavírus, basta imaginarmos a comoção nacional que seriam duas dessas aeronaves, completamente lotadas, se chocando durante o voo. Isso diariamente!

A competência administrativa para cuidar da saúde pública é concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme determinação contida em nossa carta constitucional. (CF, art. 24, § 2º).

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no dia 15 de abril de 2020, por unanimidade, confirmou o entendimento de que as medidas adotadas pelo Governo Federal para o enfrentamento do novo coronavírus, não afastam a competência concorrente dos Estados, Distrito Federal ou Municípios (ADI 6341). Desta forma, a atuação da União não poderia ser diferente, pois sem observância da autonomia dos entes federados, afrontaria o princípio da separação dos poderes,

Resta muito claro, que cada ente federativo brasileiro deve enfrentar a pandemia de acordo com a sua gravidade, de acordo com as variantes identificadas e as condições de saúde pública locais.

Cabe à União orientar, apoiar, organizar, mas nunca podar, restringir, impedir, cercear ações locais de combate à pandemia, **desde que essas não afrontem o planejamento nacional de enfrentamento estabelecido.**

A ação suplementar dos entes federados, que vise atender às expectativas e anseios da população local traz credibilidade, envolvimento das pessoas e certamente contribuem para evitar mortes e colapso no sistema local de saúde.

Os gestores locais tem maior conhecimento das especificidades, necessidades e das soluções para os problemas enfrentados e por isso devem ser autorizados a adquirir vacinas, medicamentos e insumos da área de saúde, **desde que devidamente registrados na ANVISA.**

O presente projeto busca preservar vidas, permitindo combate mais



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – PSL/MG**

eficiente, não somente à COVID-19, mas também a outras pandemias, epidemias e o enfrentamento a situações emergenciais de saúde pública, não podendo esta Casa Legislativa deixar de ser protagonista nesse triste momento de nossa história.

Sala de Sessões, 22 de fevereiro de 2021.

**Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS - PSL/MG**